INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT

Termo de Referência 216/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
216/2026	240106-INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT	TAMIRES LIMA DA SILVA	19/11/2026 15:09 (v 0.9)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	3/2026	01340.002309/2026-93

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo n° 01340.002309/2026-93)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e demais materiais de proteção e segurança, destinados ao atendimento das necessidades do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), unidade de São José dos Campos/SP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
	Sapato de segurança confeccionado em Microfibra com fechamento através de Elástico na parte externa e interna do cano, composto com Fibra Natural anti fungos e anti bactérias, resistente a rasgamento, óleos, graxos, abrasão e a flexão. Forro rígido	606877	PAR	06	R$ 223,46	R$ 1.340,76

1	contra rasgamentos e de estrutura tridimensional com câmara de ar interna, que garante alta ventilação nos pés. Sola de Bi Densidade para proporcionar conforto e estabilidade com canais de drenagem, ponto de rotação e com material de extrema leveza resistente à ruptura e rasgos. Com biqueira de Composite que suporte quedas de objetos até 200 jaules, suporta até 500 volts de tensão elétrica. Palmilha em fibras de meta-aramida, não metálicas (kevlar), anti-corte e anti-perfurante, fibra de baixo peso e 5x mais resistente que o aço, com 4mm na parte frontal e 8mm na parte traseira. Tamanho nº 35, cor preto e cinza. Caixa contendo um Par de Sapato de Segurança. Com Certificado de Aprovação						
	Sapato de segurança confeccionado em Microfibra com fechamento através de Elástico na parte externa e interna do cano, composto com Fibra Natural anti fungos e anti bactérias, resistente a rasgamento, óleos, graxos, abrasão e a flexão.	606877	PAR	06	R$ 223,46	R$ 1.340,76

2	Forro rígido contra rasgamentos e de estrutura tridimensional com câmara de ar interna, que garante alta ventilação nos pés. Sola de Bi Densidade para proporcionar conforto e estabilidade com canais de drenagem, ponto de rotação e com material de extrema leveza resistente à ruptura e rasgos. Com biqueira de Composite que suporte quedas de objetos até 200 jaules, suporta até 500 volts de tensão elétrica. Palmilha em fibras de meta-aramida, não metálicas (kevlar), anti-corte e anti-perfurante, fibra de baixo peso e 5x mais resistente que o aço, com 4mm na parte frontal e 8mm na parte traseira. Tamanho nº 36, cor preto e cinza. Caixa contendo um Par de Sapato de Segurança. Com Certificado de Aprovação					
	Sapato de segurança confeccionado em Microfibra com fechamento através	606877	PAR	06	R$ 223,46	R$ 1.340,76

3	de Elástico na parte externa e interna do cano, composto com Fibra Natural anti fungos e anti bactérias, resistente a rasgamento, óleos, graxos, abrasão e a flexão. Forro rígido contra rasgamentos e de estrutura tridimensional com câmara de ar interna, que garante alta ventilação nos pés. Sola de Bi Densidade para proporcionar conforto e estabilidade com canais de drenagem, ponto de rotação e com material de extrema leveza resistente à ruptura e rasgos. Com biqueira de Composite que suporte quedas de objetos até 200 jaules, suporta até 500 volts de tensão elétrica. Palmilha em fibras de meta-aramida, não metálicas (kevlar), anti-corte e anti-perfurante, fibra de baixo peso e 5x mais resistente que o aço, com 4mm na parte frontal e 8mm na parte traseira. Tamanho nº 37, cor preto e cinza. Caixa contendo um Par de Sapato de Segurança.						

	Com Certificado de Aprovação					
4	Sapato de segurança confeccionado em Microfibra com fechamento através de Elástico na parte externa e interna do cano, composto com Fibra Natural anti fungos e anti bactérias, resistente a rasgamento, óleos, graxos, abrasão e a flexão. Forro rígido contra rasgamentos e de estrutura tridimensional com câmara de ar interna, que garante alta ventilação nos pés. Sola de Bi Densidade para proporcionar conforto e estabilidade com canais de drenagem, ponto de rotação e com material de extrema leveza resistente à ruptura e rasgos. Com biqueira de Composite que suporte quedas de objetos até 200 jaules, suporta até 500 volts de tensão elétrica. Palmilha em fibras de meta-aramida, não metálicas (kevlar), anti-corte e anti-perfurante, fibra de baixo peso e 5x	606877	PAR	15	R$ 223,46	R$ 3.351,90

	mais resistente que o aço, com 4mm na parte frontal e 8mm na parte traseira. Tamanho nº 38, cor preto e cinza. Caixa contendo um Par de Sapato de Segurança. Com Certificado de Aprovação					
5	Sapato de segurança confeccionado em Microfibra com fechamento através de Elástico na parte externa e interna do cano, composto com Fibra Natural anti fungos e anti bactérias, resistente a rasgamento, óleos, graxos, abrasão e a flexão. Forro rígido contra rasgamentos e de estrutura tridimensional com câmara de ar interna, que garante alta ventilação nos pés. Sola de Bi Densidade para proporcionar conforto e estabilidade com canais de drenagem, ponto de rotação e com material de extrema leveza resistente à ruptura e rasgos. Com biqueira de Composite que suporte quedas de objetos até 200 jaules, suporta até 500 volts de tensão elétrica. Palmilha em fibras de meta-aramida, não metálicas (kevlar), anti-corte e anti-perfurante, fibra de baixo peso e 5x mais resistente que o aço, com 4mm na parte	606877	PAR	15	R$ 223,46	R$ 3.351,90

	frontal e 8mm na parte traseira. Tamanho nº 39, cor preto e cinza. Caixa contendo um Par de Sapato de Segurança					
6	Sapato de segurança confeccionado em Microfibra com fechamento através de Elástico na parte externa e interna do cano, composto com Fibra Natural anti fungos e anti bactérias, resistente a rasgamento, óleos, graxos, abrasão e a flexão. Forro rígido contra rasgamentos e de estrutura tridimensional com câmara de ar interna, que garante alta ventilação nos pés. Sola de Bi Densidade para proporcionar conforto e estabilidade com canais de drenagem, ponto de rotação e com material de extrema leveza resistente à ruptura e rasgos. Com biqueira de Composite que suporte quedas de objetos até 200 jaules, suporta até 500 volts de tensão elétrica. Palmilha em fibras de meta-aramida, não metálicas (kevlar), anti-corte e anti-	606877	PAR	15	R$ 223,46	R$ 3.351,90

	perfurante, fibra de baixo peso e 5x mais resistente que o aço, com 4mm na parte frontal e 8mm na parte traseira. Tamanho nº 40, cor preto e cinza. Caixa contendo um Par de Sapato de Segurança. Com Certificado de Aprovação					
7	Sapato de segurança confeccionado em Microfibra com fechamento através de Elástico na parte externa e interna do cano, composto com Fibra Natural anti fungos e anti bactérias, resistente a rasgamento, óleos, graxos, abrasão e a flexão. Forro rígido contra rasgamentos e de estrutura tridimensional com câmara de ar interna, que garante alta ventilação nos pés. Sola de Bi Densidade para proporcionar conforto e estabilidade com canais de drenagem, ponto de rotação e com material de extrema leveza resistente à ruptura e rasgos. Com biqueira de Composite que suporte quedas de objetos até 200 jaules, suporta até 500 volts de tensão elétrica. Palmilha em fibras de meta-aramida, não metálicas (kevlar), anti-corte e anti-perfurante, fibra de baixo peso e 5x mais	606877	PAR	15	R$ 223,46	R$ 3.351,90

	resistente que o aço, com 4mm na parte frontal e 8mm na parte traseira. Tamanho nº 41, cor preto e cinza. Caixa contendo um Par de Sapato de Segurança. Com Certificado de Aprovação					
8	Sapato de segurança confeccionado em Microfibra com fechamento através de Elástico na parte externa e interna do cano, composto com Fibra Natural anti fungos e anti bactérias, resistente a rasgamento, óleos, graxos, abrasão e a flexão. Forro rígido contra rasgamentos e de estrutura tridimensional com câmara de ar interna, que garante alta ventilação nos pés. Sola de Bi Densidade para proporcionar conforto e estabilidade com canais de drenagem, ponto de rotação e com material de extrema leveza resistente à ruptura e rasgos. Com biqueira de Composite que suporte quedas de objetos até 200 jaules, suporta até 500 volts de tensão elétrica. Palmilha em fibras de meta-aramida, não metálicas (kevlar), anti-corte e anti-perfurante, fibra de baixo peso e 5x mais resistente que o aço, com 4mm na parte	606877	PAR	15	R$ 223,46	R$ 3.351,90

	frontal e 8mm na parte traseira. Tamanho nº 42, cor preto e cinza. Caixa contendo um Par de Sapato de Segurança. Com Certificado de Aprovação					
9	Sapato de segurança confeccionado em Microfibra com fechamento através de Elástico na parte externa e interna do cano, composto com Fibra Natural anti fungos e anti bactérias, resistente a rasgamento, óleos, graxos, abrasão e a flexão. Forro rígido contra rasgamentos e de estrutura tridimensional com câmara de ar interna, que garante alta ventilação nos pés. Sola de Bi Densidade para proporcionar conforto e estabilidade com canais de drenagem, ponto de rotação e com material de extrema leveza resistente à ruptura e rasgos. Com biqueira de Composite que suporte quedas de objetos até 200 jaules, suporta até 500 volts de tensão elétrica. Palmilha em fibras de meta-aramida, não metálicas (kevlar), anti-corte e anti-perfurante, fibra de baixo peso e 5x mais resistente que o aço, com 4mm na parte frontal e 8mm na parte traseira. Tamanho nº43, cor preto e cinza.	606877	PAR	15	R$ 223,46	R$ 3.351,90

	Caixa contendo um Par de Sapato de Segurança. Com Certificado de Aprovação					
10	Sapato de segurança confeccionado em Microfibra com fechamento através de Elástico na parte externa e interna do cano, composto com Fibra Natural anti fungos e anti bactérias, resistente a rasgamento, óleos, graxos, abrasão e a flexão. Forro rígido contra rasgamentos e de estrutura tridimensional com câmara de ar interna, que garante alta ventilação nos pés. Sola de Bi Densidade para proporcionar conforto e estabilidade com canais de drenagem, ponto de rotação e com material de extrema leveza resistente à ruptura e rasgos. Com biqueira de Composite que suporte quedas de objetos até 200 jaules, suporta até 500 volts de tensão elétrica. Palmilha em fibras de meta-aramida, não metálicas (kevlar), anti-corte e anti-perfurante, fibra de baixo peso e 5x mais resistente que o aço, com 4mm na parte frontal e 8mm na parte traseira. Tamanho nº 44, cor preto e cinza. Caixa contendo um Par de Sapato de Segurança. Com Certificado de Aprovação	606877	PAR	10	R$ 223,46	R$ 2.234,60

11	Luvas de segurança cano longo, em pares, confeccionadas em borracha nitrílica, interior flocado, formato anatômico, superfície palmar antiderrapante e dorsal lisa, na cor verde, resistência químico-mecânica, dimensões aproximadas: comprimento de 320 mm e espessura de 0,45 mm. Tamanho P. Com Certificado de Aprovação	614948	PAR	10	R$ 27,22	R$ 272,20
12	Luvas de segurança cano longo, em pares, confeccionadas em borracha nitrílica, interior flocado, formatoanatômico, superfície palmar antiderrapante e dorsal lisa, na cor verde, resistência químico-mecânica, dimensões aproximadas: comprimento de 320 mm e espessura de 0,45 mm. Tamanho M. Com Certificado de aprovação.	355688	PAR	10	R$ 26,31	R$ 263,10
13	Luvas de segurança cano longo, em pares, confeccionadas em borracha	614948	PAR	10	R$ 27,22	R$ 272,20

	nitrílica, interior flocado, formato anatômico, superfície palmar antiderrapante e dorsal lisa, na cor verde, resistência químico-mecânica, dimensões aproximadas: comprimento de 320 mm e espessura de 0,45 mm. Tamanho G. Com Certificado de aprovação.					
14	Luvas de algodão com banho de látex, palma corrugada e banho parcial no dorso. Tamanho P. Com Certificado de aprovação.	626305	PAR	30	R$ 8,46	R$ 253,80
15	Luvas de algodão com banho de látex, palma corrugada e banho parcial no dorso. Tamanho M. Com Certificado de aprovação.	260412	PAR	30	R$ 8,17	R$ 245,10
16	Luvas de algodão com banho de látex, palma corrugada e banho parcial no dorso. Tamanho G. Com Certificado de aprovação.	626305	PAR	30	R$ 8,46	R$ 253,80
17	Luvas segurança multitato tricotada naylon banhada com	463203	PAR	15	R$ 4,64	R$ 69,60

	poliuretano na cor preta. Luva de segurança tricotada em fios de poliamida, recoberta de poliuretano na palma e dedos, punho tricotado com elástico. luvas de nylon banhadas permite o manuseio perfeito de pequenas peças com ou sem graxa. Tamanho P. Com Certificado de aprovação.					
18	Luvas segurança multitato tricotada naylon banhada com poliuretano na cor preta. Luva de segurança tricotada em fios de poliamida, recoberta de poliuretano na palma e dedos, punho tricotado com elástico. luvas de nylon banhadas permite o manuseio perfeito de pequenas peças com ou sem graxa. Tamanho M. Com Certificado de aprovação.	463203	PAR	15	R$ 4,64	R$ 69,60
19	Luvas segurança multitato tricotada naylon banhada com poliuretano na cor preta. Luva de segurança tricotada em fios de poliamida, recoberta de poliuretano na palma e dedos, punho tricotado com elástico. luvas de nylon banhadas permite o manuseio perfeito de pequenas peças com ou sem graxa. Tamanho G. Com Certificado de aprovação.	463203	PAR	15	R$ 4,64	R$ 69,60
20	Luva isolante, material borracha, tamanho 10,5, cor	614889	PAR	05	R$ 572,95	R$ 2.864,75

	preta, características adicionais classe 2, para alta tensão 20kv. Com Certificado de aprovação e com selo de marcação do Inmetro					
21	Luva isolante de borracha - material: natural/ sintética, comprimento: cano longo, cor: preta, tipo ii, classe 0, tensão de uso 1000v. Este equipamento deverá conter selo de marcação do Inmetro, com Certificado de aprovação.	486640	PAR	05	R$ 302,41	R$ 1.512,05
22	Luvas de segurança de cobertura para eletricista para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos e escoriantes, para ser usada sobre as luvas de borracha, para baixa e alta tensão. Luva de cobertura para eletricista, confeccionada em couro bovino curtido ao cromo e vaqueta, com palma, dorso e dedos em vaqueta, com punho de raspa, acabamento em viés, tira para	321856	PAR	05	R$ 35,15	R$ 175,75

	regulagem no dorso com espessura média da raspa em 1,50 mm e espessura média da vaqueta em 1,10 mm, com gramatura 0,0815 gramas/cm² ou 0,815 kg/m² e gramatura 0,0580 gramas/cm² ou 0,580 kg/m², costurada com algodão ou kevlar. fechamento com fivela de plástico, com Certificado de aprovação. Tamanho 10					
23	Luvas de segurança de cobertura para eletricista para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos e escoriantes, para ser usada sobre as luvas de borracha, para baixa e alta tensão. Luva de cobertura para eletricista, confeccionada em couro bovino curtido ao cromo e vaqueta, com palma, dorso e dedos em vaqueta, com punho de raspa, acabamento em viés, tira para regulagem no dorso com espessura média da raspa em 1,50 mm e espessura média da vaqueta em 1,10 mm, com gramatura	321856	PAR	05	R$ 35,15	R$ 175,75

	0,0815 gramas/cm² ou 0,815 kg/m² e gramatura 0,0580 gramas/cm² ou 0,580 kg/m², costurada com algodão ou kevlar. fechamento com fivela de plástico, com certificado de aprovação. Tamanho 11					
24	Óculos de segurança com lente em policarbonato, ponte nasal, hastes reguláveis com proteção lateral, tratamento antirisco e antiembaçante: lente incolor. indicado para proteção ao impacto de partículas volantes para segurança do profissional.	399611	UN	20	R$ 13,87	R$ 277,40
25	Protetor Auricular Tipo Concha. Protetor auricular abafador ruido de segurança circum-auricular, constituído por duas conchas em formato retangular de material plástico rígido, montadas nas extremidades de uma haste suporte formada por fios paralelos de aço circular e recobertos por uma	453744	UN	10	R$ 48,50	R$ 485,00

	camada plástica e ajustável cabeça em velcro. as conchas são preenchidas internamente por espumas e possuem selos de ouvidos (almofadas) recobertos por uma fina camada de plástico flexível. tem um design de perfil de dobramento, para o armazenamento fácil e portabilidade, nível de atenuação nrrsf = 23 db, com ca, possui a tecnologia air flow control.					
26	Protetor auditivo tipo plug, composto de três flanges, confeccionado em silicone, com cordão de fixação confeccionado em algodão. Atenuação NRRsf 13dB, flange antialérgica e atóxica. Com Certificado de aprovação.	618290	UN	1.000	R$ 3,20	R$ 3.200,00
27	Creme protetor solar, fator 70, proteção UVA e UVB, frasco com 120 ml	407620	UN	50	R$ 16,00	R$ 800,00
28	Gel repelente contra o mosquito Aedes Aegypti com Icaridina, com proteção por até 10 horas, não oleoso, atóxico, com toque	432410	UN	100	R$ 19,39	R$ 1.939,00

	agradável, não irritante e sem perfume. Frasco com 100 ml.					
29	Jaleco longo material: brim, Uso: uniforme, Tipo tecido: 100% Brim, Quantidade bolsos: 3 UN sendo dois inferiores e um superior esquerdo, Cor: azul, Tipo: longo, Tamanho: P, Quantidade botões azul: 5, com cinto nas costas, Tipo manga: longa. Características Adicionais: Conforme modelo do Instituto.	235349	UN	10	R$ 133,73	R$ 1.337,30
30	Jaleco longo material: brim, Uso: uniforme, Tipo tecido: 100% Brim, Quantidade bolsos: 3 UN sendo dois inferiores e um superior esquerdo, Cor: azul, Tipo: longo, Tamanho: M, Quantidade botões azul: 5, com cinto nas costas, Tipo manga: longa. Características Adicionais: Conforme modelo do Instituto.	235349	UN	10	R$ 133,73	R$ 1.337,30
31	Jaleco longo material: brim, Uso: uniforme, Tipo tecido: 100% Brim,	235349	UN	10	R$ 133,73	R$ 1.337,30

	Quantidade bolsos: 3 UN sendo dois inferiores e um superior esquerdo, Cor: azul, Tipo: longo, Tamanho: G, Quantidade botões azul: 5, com cinto nas costas, Tipo manga: longa. Características Adicionais: Conforme modelo do Instituto.					
32	Jaleco longo material: brim, Uso: uniforme, Tipo tecido: 100% Brim, Quantidade bolsos: 3 UN sendo dois inferiores e um superior esquerdo, Cor: azul, Tipo: longo, Tamanho: GG, Quantidade botões azul: 5, com cinto nas costas, Tipo manga: longa. Características Adicionais: Conforme modelo do Instituto.	235349	UN	10	R$ 133,73	R$ 1.337,30
					TOTAL	**R$ 44.916,18**

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, considerando que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Autorização de Compras (AC) pelo adjudicatário, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e demais materiais de proteção e segurança, destinados ao atendimento das necessidades do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, unidade de São José dos Campos/SP.

2.2. A aquisição justifica-se pela necessidade de assegurar condições adequadas de segurança e saúde no ambiente de trabalho, considerando os riscos inerentes às atividades desenvolvidas na Instituição, bem como garantir a disponibilidade dos equipamentos e materiais necessários à proteção dos servidores e demais trabalhadores durante a execução de suas atividades.

2.3. Os equipamentos e materiais destinam-se à utilização em diferentes atividades institucionais, incluindo ensaios laboratoriais com substâncias químicas, testes e qualificação de equipamentos espaciais, atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, operação e manutenção de equipamentos meteorológicos em laboratório e em campo, além de serviços de alvenaria, manutenção predial e demais atividades operacionais que envolvam exposição a riscos ocupacionais.

2.4. A necessidade da contratação também decorre da insuficiência dos estoques existentes, uma vez que diversos itens se encontram indisponíveis ou em quantidades insuficientes para atender às demandas institucionais. Dessa forma, a aquisição permitirá a reposição dos materiais e a manutenção de níveis adequados de estoque, contribuindo para a continuidade das atividades e a prevenção de acidentes de trabalho.

2.5. A aquisição dos Equipamentos de Proteção Individual visa atender às disposições da Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6), especialmente aos itens 6.5.1 e 6.5.2, que estabelecem, respectivamente, as responsabilidades da organização quanto à aquisição, ao fornecimento e à utilização dos equipamentos, bem como os critérios para sua seleção, considerando as atividades exercidas, os riscos ocupacionais identificados, a eficácia das medidas de proteção e a adequação dos equipamentos aos trabalhadores.

2.6. No âmbito do INPE, compete à Comissão Permanente de Prevenção de Acidentes de Trabalho (CPPAT), conforme as atribuições previstas na Portaria nº 238/2020/SEI-INPE, especificar, controlar e fiscalizar os equipamentos de segurança, incluindo os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), visando assegurar sua qualidade e eficiência.

2.7. A definição dos materiais e de seus respectivos quantitativos considerou as necessidades identificadas pela área requisitante, a natureza das atividades desenvolvidas pelos servidores, os riscos ocupacionais associados e as características dos ambientes de trabalho, buscando assegurar o atendimento adequado às demandas institucionais.

2.8. Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária para garantir a disponibilidade dos equipamentos e materiais de proteção, reduzir a exposição dos trabalhadores a riscos ocupacionais, promover condições adequadas de segurança e saúde no trabalho e contribuir para a continuidade das atividades desenvolvidas pelo INPE, em conformidade com as normas aplicáveis.

2.9. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I. ID PCA no PNCP: 01263896000164-0-000003/2026;
II. Data de publicação no PNCP: 28/04/2025;
III. Id do item no PCA: 686
IV. Classe/Grupo: 450 - Equipamento para Segurança e Salvamento
V. Identificador da Futura Contratação: 240106-3/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução proposta consiste na aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e demais materiais de proteção e segurança, destinados ao atendimento das necessidades do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, unidade de São José dos Campos/SP.

3.2. A contratação contempla diferentes categorias de materiais, incluindo calçados de segurança, luvas de proteção, óculos de segurança, protetores auditivos, protetores solares, repelentes e jalecos, conforme as especificações técnicas e os quantitativos estabelecidos na Tabela 1 deste Termo de Referência.

3.3. Os materiais serão utilizados em atividades laboratoriais, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, de manutenção predial, de operação de equipamentos e em outras atividades institucionais que demandem medidas de proteção e segurança dos trabalhadores.

3.4. Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução contempla a aquisição de materiais que atendam aos requisitos de qualidade, segurança, resistência e durabilidade, observadas as condições adequadas de fornecimento, armazenamento, utilização, conservação e substituição, quando aplicáveis.

3.5. Os Equipamentos de Proteção Individual deverão atender às disposições da Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6) e às demais normas técnicas aplicáveis, incluindo a exigência de Certificado de Aprovação (CA), conforme o enquadramento de cada equipamento.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observadas, no que couber, as diretrizes estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010), no Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, e no Plano de Gestão de Logística Sustentável do INPE (PLS-INPE 2022), especialmente quanto ao Tema 5 – Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis e ao Tema 6 – Compras e Contratações Sustentáveis.

4.1.1. Os produtos deverão apresentar condições adequadas de qualidade, resistência e durabilidade, conforme suas características e finalidades, visando reduzir a necessidade de substituições frequentes e a geração de resíduos, sem comprometer os requisitos de segurança e proteção dos trabalhadores.

4.1.2. As embalagens utilizadas para acondicionamento dos produtos deverão, preferencialmente, ser constituídas de materiais recicláveis ou reciclados, utilizando o menor volume possível, sem comprometer a proteção, a integridade e a qualidade dos materiais durante o transporte e o armazenamento.

4.1.3. Sempre que tecnicamente viável e disponível no mercado, poderão ser fornecidos produtos fabricados com materiais reciclados ou provenientes de processos produtivos que promovam o uso racional dos recursos naturais e a redução dos impactos ambientais, desde que atendam integralmente às especificações técnicas, aos requisitos de segurança e às normas aplicáveis, sem prejuízo à competitividade da contratação.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de aquisição de baixo valor, com entrega imediata e sem geração de obrigações futuras relevantes para a Administração.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo para entrega dos bens será de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da Autorização de Compra (AC) pelo adjudicatário, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida dos Astronautas, 1758, Jardim da Granja, CEP: 12227-010, São José dos Campos/SP – Setor de Recebimento, no horário de funcionamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais -INPE de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 17:00h, aos cuidados de José Raimundo Costa Santos.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a. der causa à inexecução parcial do contrato;
b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c. der causa à inexecução total do contrato;
d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima nas alíneas “e” a “h”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária , no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal

ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei no 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;
8.12.2. a data da emissão;
8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
8.12.5. o valor a pagar; e
8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação da Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do

cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da proposta da empresa vencedora do certame.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade .

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta, mediante dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em razão do valor estimado da contratação enquadrar-se no limite legal estabelecido para compras, atualizado pelo Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, adotando-se o critério de julgamento pelo menor preço por item, desde que atendidas as especificações técnicas e as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br /empreendedor;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.21. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.22. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.24. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.25. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, correspondente ao valor máximo aceitável, é de **R$ 44.916,18 (quarenta e quatro mil, novecentos e dezesseis reais e dezoito centavos)**, conforme os custos unitários apresentados na tabela constante do item 1.1 deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 240106 - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)
II) Fonte de recursos: 1000;
III) Programa de trabalho: Administração da Unidade
IV) Elemento de despesa: 3.3.90.30 Material de Consumo; e
V) Plano interno: 2000000B-03.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

São José dos Campos/SP, 17 de novembro de 2026.

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [**Autorização de Compra (AC)**], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.4. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. s supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em São José dos Campos/SP, Seção Judiciária de São José dos Campos/SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ... *(identificar o Contratado)* declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ... de ..... de 20.... .

_____

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

BEATRIZ MATOS ANUNCIACAO ALCANTARA

Servidor Requisitante

Assinou eletronicamente em 19/11/2026 às 15:04:19.

ANDRE RODOLPHO SILVA

Coordenador Substituto da Área Requisitante

Assinou eletronicamente em 19/11/2026 às 15:09:20.